

O FUTURO POLÍTICO DA EUROPA

A nato e o alargamento da União Europeia: uma visão polaca

Grazyna Bernatowicz

Professora de Ciência Política, membro do Conselho Editorial da Polish Quarterly of International Affairs e Director-Adjunto do Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polónia

Durante mais de meio século, a Polónia – esse estranho país europeu situado, tal como disse um dia Slawomir Mrozek, um dos seus mais famosos dramaturgos contemporâneos, «no ocidente do Leste e no leste do Ocidente» – permaneceu esquecida, não por sua culpa, na periferia do grande desafio e do grande empreendimento de construção de uma Europa Comum. As mudanças históricas que têm ocorrido no continente europeu na última década estenderam também à Polónia, apesar de tudo, a possibilidade de desempenhar um papel na formação das fronteiras europeias, o que vem de encontro às aspirações dos próprios polacos e às necessidades de todo o continente. O que a Polónia tem de fazer para se juntar à Europa é, felizmente, uma questão que já não se põe. Mas existe uma outra que ainda permanece em aberto: onde se deverá posicionar nos maiores desafios da Europa e que lugar deverá ocupar nas estruturas onde, de forma tão determinada, se procura inserir?

Em 1989 a Polónia abraçou de forma inequívoca uma opção europeia nas suas relações externas. Esta opção determinou os objectivos principais da política externa polaca: ligar o país ao Ocidente e às suas estruturas integracionistas e, ao mesmo tempo, ir fortalecendo a sua posição na região e ir desenvolvendo as melhores relações possíveis, a todos os níveis, com os seus vizinhos. Juntar-se à União Europeia (ue) e à Aliança Atlântica tornou-se o objectivo estratégico da política externa. A opção foi simples: a Polónia tanto poderia desfrutar da oportunidade de se tornar um país do Ocidente europeu ou permanecer na «cauda» da Europa, um Estado de segunda classe na periferia da civilização ocidental.

A opção europeia, adoptada com o apoio de uma esmagadora maioria da população polaca, passa por três elementos básicos. O primeiro é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (nato), que será a garantia de segurança nacional. O segundo é a União Europeia, que será a garantia de progresso económico e de progresso civilizacional. O terceiro é a maior estabilidade da região e a optimização das relações com os seus vizinhos que constituirá a contribuição da Polónia para a segurança e estabilidade europeia e também o dote que traz para a nato e para a União.

O alargamento da nato

Durante os dois últimos séculos a Polónia viu-se confrontada com ameaças não só às suas fronteiras, à sua independência, mas até à sua própria existência. A memória disto faz com que os polacos sejam particularmente sensíveis a questões de soberania nacional e de segurança nacional. Para uma grande maioria da população polaca a garantia mais duradoura de segurança nacional é a união à Aliança Atlântica. Mas na perspectiva polaca a união à nato significa mais do que pertencer a uma aliança militar, a qual é a

pedra angular da ordem presente e futura da Europa. A adesão à nato, que parece agora vir a acontecer em 1999, significa também a confirmação definitiva da irreversibilidade das transformações na Polónia e a inserção permanente na família das nações ocidentais governadas democraticamente.

A adesão da Polónia à nato não deve ser encarada como um bom negócio só para um lado. O alargamento da nato irá trazer benefícios para pelo menos três grupos de intervenientes: as nações convidadas a aderir, a Aliança em si e os Estados que estão presentemente excluídos ou que permanecem fora dela.

O motivo da adesão à Aliança representar uma vantagem para a Polónia é em termos genéricos conhecido e compreendido pela maior parte dos parceiros da Polónia, sendo a Rússia a única excepção. Em primeiro lugar, a nato é a única estrutura eficaz capaz de assegurar a paz e a segurança no continente europeu. Tal não pode ser feito nem pela União da Europa Ocidental (ueo), nem pela lenta e muito trabalhosa adesão à Política Externa e de Segurança Comum (pesc) da ue. Em segundo lugar, um aspecto extremamente importante do ponto de vista polaco é que a nato constitui uma comunidade de nações democraticamente governadas, respeitadoras da lei e das liberdades civis e consagradoras do mercado aberto. A construção de um Estado democrático com base na lei na Polónia, embora esteja já basicamente e em grande parte realizado com êxito, ainda requer reforços adicionais mesmo sendo só nalgumas áreas como o desenvolvimento da sociedade civil ou o apoio às instituições públicas. Em terceiro lugar, a adesão à nato irá consolidar a posição da Polónia como elemento de estabilidade regional e possibilitar-lhe-á realizar de forma mais eficaz a sua política de aumento e expansão da cooperação amigável. Irá servir, de facto, para regularizar e melhorar as relações da Polónia com a Rússia: o seu efeito será colocá-las simplesmente, como as relações com a Alemanha, num pé de igualdade.

Por que é que o alargamento da Aliança representa uma vantagem para os actuais membros? Em primeiro lugar porque incluir a Europa Central irá significar a expansão para Leste do domínio da segurança e estabilidade. Temos de lembrar que, durante anos, a Europa Central foi aquela parte do continente incapaz de assegurar por si própria a sua segurança. É que uma característica marcante desta região é o desequilíbrio entre a relativa fraqueza das suas nações individuais e a força das grandes potências nas suas fronteiras. Aquilo a que o famoso político do período de pré-guerra, Roman Dmowski, chamou o dilema fundamental da política polaca – a sua localização «entre a Rússia e a Alemanha» – era verdade não só para a Polónia mas também para todos os Estados da Europa Central.

Uma outra característica desta área é que, para os seus poderosos vizinhos, ela era muitas vezes apenas de importância accidental, uma resultante de relações entre eles. As nações da Europa Central foram sempre fracas de mais para suportar a pressão de influências externas e para lutar pela união. Daí os seus esforços actuais para alargar a cooperação para lá das fronteiras regionais exclusivas e a procura de mais vastas alianças. Nesta procura de estabilidade regional, a importância da Polónia não pode ser sobrevalorizada, principalmente porque é um dos poucos Estados na região que não possui conflitos fronteiriços ou problemas com minorias nacionais.

A adesão da Polónia à nato irá ajudar a fortalecer a eficácia da Aliança e contribuir significativamente para a sua capacidade defensiva. Apesar da ratificação dos protocolos de acesso não estar ainda completa, está já a ser dada uma enorme atenção através da

preparação para a participação no sistema de defesa da Aliança ao abrigo do estruturado nas obrigações do Artigo 5 e para a inclusão na nova missão da Aliança de promoção da estabilidade e prevenção de conflitos por toda a área Euro-Atlântica.

O argumento utilizado pelos que se opõem ao alargamento – que a inclusão de novos membros irá criar uma nova linha de divisão na Europa – não é passível de exame minucioso. Ele reflecte uma percepção anacrónica das forças subjacentes aos processos de integração europeia. A Europa foi sempre um continente dividido embora as linhas de separação tenham variado. Assim, temos tido divisões entre bárbaros e Romanos, entre Cristãos e pagãos, entre Norte e Sul e, a mais familiar, entre Leste e Ocidente. Dentro deste modelo têm existido clivagens ao longo das linhas culturais, étnicas e políticas. Também hoje em dia existem divisões que não podem ser totalmente evitadas, sendo as mais evidentes entre Estados com níveis maiores e menores de desenvolvimento, mais ricos e mais pobres, requerendo assistência dos seus parceiros nas estruturas às quais pertencem e oferecendo tal assistência. Mas o mais importante é assegurar que estas divisões se mantêm dentro dos limites da não confrontação e da não hostilização.

Também deve ser lembrado que uma das condições para a estabilidade e segurança no continente é o desenvolvimento económico sustentado e a eliminação dos atrasos civilizacionais em todos os seus Estados. Não existe verdade no argumento de que a adesão à nato não trará aos candidatos quaisquer benefícios económicos notáveis. Todos eles estão, por exemplo, sobrecarregados de problemas nas infra-estruturas: as estradas são más, caminhos de ferro e sistemas de comunicação antiquados. O desenvolvimento das infra-estruturas requer capital nacional e estrangeiro. Para atrair este último o nível de risco no investimento num Estado como a Polónia tem de ser reduzido, facto para o qual a adesão à nato deveria fazer milagres¹.

Como um provável membro da Aliança Atlântica, a Polónia é fortemente a favor da preservação dos elos transatlânticos estabelecidos e de uma presença permanente dos Estados Unidos na Europa. Desempenha um papel fulcral para a Polónia a participação dos Estados Unidos na formação de uma nova ordem na Europa e a sua promoção de processos de integração a uma escala continental. Assim, Varsóvia apoia a ideia norte-americana de criar uma nova comunidade transatlântica. É do interesse da Polónia que a Europa Central, integrada nas estruturas da Europa Ocidental, se torne numa parte natural de uma tal comunidade.

A liderança norte-americana na nato deveria também ser preservada. Na política externa polaca o dilema – pró-Europa ou pró-América? – não se põe mais do que se põe em Portugal ou na Itália, Estados a quem a sua firme adesão à sua vocação atlântica não tornou menos europeus. Aliás, tal como acentuou o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, durante uma visita à Polónia, ser pró-europeu não significa ser antiamericano e vice-versa.

A associação da Polónia à nato não é dirigida contra nenhuma terceira nação. Muito pelo contrário: pretende aumentar a estabilidade do espaço europeu e eliminar a área cinzenta mesmo no coração da Europa. A Polónia irá integrar a nato como proponente de uma larga cooperação entre a Aliança e os Estados que, por várias razões, permanecem fora dela quer para sempre ou simplesmente de momento. Em caso algum deverá o primeiro alargamento da nato ser o último: a Aliança deve deixar a porta aberta para quaisquer outros Estados que expressem o desejo de aderir. Aqui, um local especial pertence aos Bálticos bem como aos Estados do sudoeste europeu. Juntamente com a sua proposta de

adesão à Aliança Atlântica, a Polónia levantou a voz pelo estabelecimento por parte da nato de laços estreitos com a Rússia e com a Ucrânia e defendeu consistentemente outras formas de construir a confiança regional e Europeia.

A Polónia reteve sempre uma visão céptica dos receios ocidentais de que a expansão da Aliança pudesse levar ao isolamento da Rússia ou pôr em risco a sua frágil estabilidade interna. Para começar, é difícil imaginar como é que um Estado como a Rússia pode ficar isolado. A Rússia pode, como é óbvio, se assim o entender, seguir uma política de auto-isolamento, embora até agora não tenha dado qualquer tipo de sinal que o levasse a entender. Apesar de desacordos em questões de segurança, as relações entre a Polónia e a Rússia são relações de boa vizinhança; contactos políticos, cooperação económica e transfronteiriça têm vindo a expandir-se. Não se pode deixar de referir que a combinação de uma política ocidental que faz do perigo de isolamento ou de perturbação da Rússia e da falta de consistência no alargamento da fronteira de segurança na Europa uma obsessão, só poderá levar a uma oportunidade histórica de dar à Europa uma direcção tendo em conta os desafios do século XXI.

A expansão da nato irá também, como é evidente, pagar dividendos pela independência e desenvolvimento democrático dos Estados europeus que não pretendem juntar-se à Aliança Atlântica. Em primeiro lugar, e acima de tudo, isto refere-se à Ucrânia, que não tem objecções ao alargamento da nato e cuja independência e progresso são de importância inestimável para a Polónia. É difícil deixar de sentir que, ao significado da independência da Ucrânia e ao valor que representa para a Europa as boas relações entre a Ucrânia e a Polónia, não está a ser dado o devido valor por parte do Ocidente.

No que diz respeito aos interesses da Polónia, aderir à nato não é a única forma de garantir a segurança externa do país. Especialmente porque a Polónia nem se sente directamente ameaçada nem representa uma ameaça para ninguém. A política externa tem, contudo, de ter em conta o facto de que em anos recentes a Europa se tem visto confrontada com perigos completamente novos: conflitos locais e riscos de tipo não militar. No caso da Polónia isto significa tanto a instabilidade da situação política e económica nas antigas repúblicas soviéticas como a necessidade de neutralizar o crime organizado, os desastres ecológicos, a imigração desenfreada e o tráfico de armas convencionais e meios de proliferação nuclear. Estes chamados «novos riscos» e o grau de exposição a eles consagraram uma importância especial ao desenvolvimento da cooperação internacional no seu combate ou pelo menos no seu controlo. Daí a ênfase colocada na cooperação regional no ataque a este perigoso fenómeno e o empenho da Polónia em estruturas como o Conselho de Estados do Mar Báltico: embora não estivesse preocupada com problemas de segurança do tipo estritamente militar, é neste campo dos «novos riscos» que tem um papel crucial a desempenhar.

A Polónia assumiu de forma declarada a posição de que ao entrar no sistema da nato, quer ser um participante em pleno, gozando de todos os direitos e cumprindo todas as obrigações ao abrigo do Tratado de Washington e do Conceito Estratégico da Aliança. Isto requer uma preparação sistemática das estruturas internas do Estado para o cumprimento das tarefas em que estará envolvido. A preparação para a integração cobre um vasto rol de acções políticas e militares. Isto implica um ajustar imediato e eficaz das estruturas internas responsáveis pelo planeamento defensivo. Com a intenção de perspectivar a associação foi elaborado um programa a desenvolver ao longo de quinze anos no sentido de modernizar as Forças Armadas que têm como prioridade as reformas

necessárias para assegurar a participação efectiva na Aliança. As instituições e estruturas estatais em que irá residir o destino da integração terão de ser fortalecidas e todo o sistema de formação de pessoal civil e militar terá de ser minuciosamente inspeccionado. Um dos objectivos principais da política de segurança polaca é a total inserção na União da Europa Ocidental que tanto é o pilar europeu da nato como o apoio militar e político da União Europeia. O acesso à nato dá à Polónia a possibilidade de procurar uma mudança na sua condição de parceiro associado para membro associado. Terá contudo de ser acentuado que estas duas estruturas são tratadas pela Polónia como complementares, não alternativas.

A Polónia admira também o significado e papel desempenhado na estabilização do continente europeu pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (osce). É, no entanto, categoricamente contra qualquer tentativa de a transformar na instituição principal de segurança da Europa. Os contributos da osce na prevenção de conflitos, orientação de crises e cumprimento da paz são inegáveis, mas deixa de ser útil numa emergência militar visto que não possui capacidade militar e é largamente incapaz de tomar decisões rápidas devido ao choque de muitos conflitos de interesses. Será também necessário dizer não a um plano colectivo de segurança que os russos têm vindo a pressionar no fórum da osce e no qual o papel decisivo seria desempenhado pela Rússia e a voz norte-americana reduzida ao mínimo.

A União Europeia

A União Europeia é inquestionavelmente a resposta com maior êxito face aos desafios do futuro com que se deparam os europeus. A abertura das negociações de acesso com a União podem confortavelmente ser posicionadas entre os marcos históricos da Polónia, abrindo novas perspectivas e criando novas esperanças. No entendimento comum a União é uma espécie de símbolo, um sinónimo de certos valores: a herança europeia comum, formas democráticas de governo, economia de mercado livre e elevados níveis de vida.

É do interesse da Polónia juntar-se a uma União forte, baseada na solidariedade, com estruturas, instituições e procedimentos compreensíveis para o cidadão comum; uma União que esteja próxima das pessoas e dos seus problemas, que respeite as diferenças nacionais e a identidade dos seus membros, que seja capaz de harmonizar os objectivos nacionais com os colectivos.

Quando se aborda a questão do alargamento deve-se considerar o facto de a União ainda não ser uma construção acabada e totalmente realizada. Também ela se vê confrontada com graves problemas e decisões históricas. Para além da União Económica e Monetária (uem) estas incluem não só a próxima ronda do alargamento mas também a discussão de um tópico que, mais cedo ou mais tarde, terá de ser chamado: os limites geográficos do processo de integração. Este último assunto está estritamente interligado com a questão da reforma institucional e a adaptação da estrutura interna da União a um número crescente de membros, sem prejuízo do seu funcionamento eficiente e harmonioso. Também sabemos que os conceitos e formas de acção da União no campo internacional requerem uma profunda reflexão. A cooperação na estrutura do II Pilar não tem sido o aspecto mais forte do processo de adesão, sendo o exemplo mais flagrante a amarga lição dos Balcãs que revelou de forma brutal não só todas as fraquezas da pesc e a falta de coordenação interna mas, e ainda pior, a inexistência de um conceito unificado e de vontade de enfrentar os desafios de uma forma frontal. Uma outra área extremamente

difícil é a cooperação no III Pilar que cobre assuntos que são do maior interesse, e muitas vezes fonte das maiores angústias, para o comum cidadão da União.

É essencial que a Polónia se junte rapidamente à discussão de todos estes grandes desafios com que a União agora se depara e que, até agora, sendo um Estado que ainda só aspira ao início das negociações da adesão tem procurado evitar. Este tipo de estratégia era, naquele ponto em que se encontravam as relações com a União, uma política sensível e apropriada. Mas agora que avança para um nível diferente no relacionamento a Polónia tem de começar a definir a sua posição. Não só porque é isso que esperam os futuros parceiros, mas também porque os Estados que não marcam a sua própria posição podem ser cunhados com qualquer rótulo e porque é do interesse da Polónia participar no planeamento da política da União.

Muito brevemente, por conseguinte, a Polónia terá de responder a um número de questões fundamentais. Do ponto de vista polaco, que formato deverá tomar a estrutura institucional da União? Qual deverá ser o futuro da Política Agrícola Comum? Como poderá ser conseguida a eficácia de acção no II Pilar? Qual é o futuro da União da Europa Ocidental? Mas estas são questões para a maioria das quais também os actuais membros da União ainda não possuem respostas. Assim, de momento, é mais uma questão de começar a tomar parte no pensamento do que na acção comum.

As expectativas da Polónia sobre o que a adesão à União lhe trará incide sobre duas áreas. A primeira é a rapidez e o nível das reformas internas que são essenciais se se quer penetrar nas estruturas da União. A segunda é a influência da associação à União na estabilidade, segurança e desenvolvimento harmonioso da região e de todo o continente.

Em Junho de 1993 o Conselho Europeu de Copenhaga formulou quatro critérios políticos e económicos que os Estados-membros teriam de satisfazer antes da sua admissão na União. A razão para os mencionar está relacionada com o facto de terem sido estes critérios que configuraram os objectivos a longo termo da transição e reforma das estruturas política e económica da Polónia. Aquilo que agora se tornou questão de importância primordial em termos de preparativos internos para a adesão é, por um lado, a firme perseverança com as reformas, e, por outro lado, a constante persuasão do público de que os custos da transição que terão de continuar a pagar são o preço, não da adesão à União, mas de medidas que têm de ser tomadas de qualquer forma se se quiser compensar meio século de atraso e negligência.

A Polónia cumpre os critérios políticos como a existência de instituições democráticas, a observância dos direitos e liberdades civis e os direitos das minorias nacionais. Está também perto de satisfazer a condição que exige uma economia de mercado funcional. Por outro lado, o cumprimento do critério de competitividade económica e capacidade para assumir todas as obrigações da associação à União requer períodos mais longos de adaptação.

Mas do ponto de vista da Polónia parece que faria mais sentido se as decisões da União de incluir novos membros fossem guiadas não tanto por uma avaliação do nível de cumprimento das condições especificadas, mas mais pelos resultados que os Estados candidatos atingiram na reconstrução geral dos seus sistemas político e económico. No caso da Polónia, estes resultados são decididamente positivos e evidenciados num sistema político estável, um alto nível de crescimento económico, progresso na privatização e queda da inflação e desemprego.

A população da Polónia tem obviamente consciência de que ainda há muito por fazer e que são necessárias mais medidas de adaptação. Tal deverá ser dirigido, primariamente, para uma rápida harmonização da lei polaca com o *acquis communautaire* da União. Isto é actualmente uma das tarefas mais urgentes e mais difíceis. Tem sido feito um progresso considerável para pôr no lugar a competição da Comunidade, assistência pública e políticas governamentais de intervenção. O processo de alinhamento dos regulamentos bancários da Polónia com as disposições da União está muito adiantado. As medidas de adaptação estendem-se às áreas da ecologia e protecção do consumidor, embora a rápida mudança e total aproximação da legislação nestas áreas da economia seja muito dispendiosa e difícil. Poderão apresentar-se também sérias complicações pela implementação imediata e extensiva do «capítulo social» (que, como sabemos, não foi aceite por Estados muito mais ricos que a Polónia) e adaptação do sector agrícola polaco aos requerimentos da Política Agrícola Comum (pac). O principal problema no último caso são os custos que irão impor aos consumidores polacos, mas torna-se ainda mais complexo pela confusão sobre o formato futuro da pac no seio dos actuais membros da União.

É do interesse da Polónia aceder eventualmente à União Económica e Monetária (uem). Foi estruturado um programa de acção que possibilita que em 2006 a Polónia esteja em posição de ir ao encontro dos critérios de convergência. A economia polaca preenche já as condições relativas ao défice orçamental, a dívida pública e a independência do Banco Central. Em todo o caso, estes critérios são considerados na Polónia, acima de tudo, como os parâmetros de uma economia forte que têm de ser alcançados independentemente da decisão final ou da data da adesão à uem.

Podem prever-se boas perspectivas para a participação polaca na cooperação política na União. O seu percurso, até agora, tem demonstrado que a política externa da Polónia é em larga medida convergente com a pesc. Nas Nações Unidas, por exemplo, a Polónia apoia mais frequentemente as posições comuns da ue do que o fazem alguns dos seus membros actuais².

Um sério desafio que irá surgir com a entrada da Polónia na União e que será sem dúvida tema de fervoroso debate no período precedente à ratificação do tratado de adesão é a questão da soberania nacional. Nem isto deveria surgir como uma surpresa no caso de um Estado que viveu tantos anos de dependência imperial. É, por esta razão, um problema com o qual todos os membros da ue têm de se confrontar. A apresentação constante da associação da Polónia à União como um factor que reforça o Estado interna (o fortalecimento das estruturas políticas e da democracia e progresso económico e civilizacional) e externamente (eliminação das potenciais ameaças geopolíticas à sua soberania) poderá sem dúvida fazer muito para apagar gradualmente os medos públicos. O que terá de ser transmitido é a ideia de que a limitação própria da soberania levada a cabo sem pressões externas e numa base recíproca, ditada pelos interesses nacionais e decidida por um parlamento democraticamente eleito ou por referendo nacional não compromete a soberania mas é, de facto, a expressão de uma decisão soberana do Estado. A nível interno esperamos também que o processo de adesão à União venha reforçar os jovens recursos da energia cívica e política essencial para a realização com sucesso de profundas reformas constitucionais e económicas.

Sem a adesão à União é difícil imaginar, por exemplo, o pleno desenvolvimento da sociedade civil ou de uma infra-estrutura institucional e legal capaz de ir ao encontro dos desafios do século XXI.

Tal como para o aspecto externo, a admissão da Polónia à União irá, como a sua adesão à NATO, criar novas oportunidades para toda a região. Irá contribuir para assegurar a estabilidade e a segurança nesta zona da Europa e aumentar o interesse pela União em Estados temporariamente ou permanentemente excluídos das suas estruturas e de quem a Polónia pretende tornar-se porta-voz. É importante ver que os Estados que possuem fronteira com a Polónia consideram o desenvolvimento da integração europeia como um processo que serve também para consolidar a sua estabilidade, não um processo que ameace os seus interesses nacionais.

Existe um argumento esmagador para que a marcha de aproximação da União à adesão da Polónia siga o modelo ibérico: «poucas negociações, longos períodos de adaptação». Mas o ponto de vista prevalecente nos Estados da União parece ser o de que não existe razão pela qual eles tenham de pagar pela adaptação das economias pobres da Europa Central aos requerimentos do Mercado Único que ainda não existiam na altura da adesão da Espanha e de Portugal. A Polónia terá, por conseguinte, de estar preparada para extensas negociações com os membros actuais que esperam que daí advenha um «milagre económico», sem apoio externo e com a adesão à União para ser realizada em data indefinida por economias a um nível incomparável de desenvolvimento do seu. Contudo, não é totalmente certo que esta forma de pensar seja proveitosa para os actuais membros da União: quem sabe se os custos do não alargamento não serão maiores que os custos do alargamento?

Como poderá a União beneficiar da adesão da Polónia? Esta proporciona um vasto e ávido mercado de quarenta milhões de consumidores; a possibilidade de cooperação com uma sociedade dinâmica e educada; relações sólidas com os Estados vizinhos e uma boa compreensão das realidades a este das suas fronteiras; uma expansão do alcance da estabilidade e segurança da Europa. Mesmo os receios relacionados com o alargamento que sentem actualmente os membros da União poderiam mais fortemente no futuro ser convertidos em oportunidades proveitosas para todos. Tome-se como exemplo a agricultura polaca que, em primeiro lugar, não é uma ameaça tão grande para a União como geralmente se acredita e, em segundo lugar, poderia actuar como um incentivo para as mudanças na PAC que há muito tempo são necessárias se se quer trabalhar de forma eficaz e que, em análise final, irá beneficiar todos. Torna-se cada vez mais óbvio que a PAC tem de ser modificada.

O que espera a Polónia da União? A curto prazo negociações pouco espaçadas, firmes mas honestas que se dirijam para a rápida identificação de problemas e que se concentrem em encontrar a melhor maneira de os resolver. A longo prazo, a aplicação à Polónia e a plena observância não só do princípio da subsidiariedade mas também do princípio da solidariedade na partilha dos problemas e tensões decorrentes da expansão do processo de integração e propostas de exclusão da Polónia de algumas liberdades e políticas Comunitárias. Dito por outras palavras, é altura de deixar de invocar incessantemente os préstimos históricos da Polónia e de outros Estados da Europa Central na queda do comunismo. Contudo, observando a escalada, especialmente na Alemanha e na Austria, da preocupação sobre o que será a Europa quando forem abertas as fronteiras à Polónia surgem duas reflexões. A primeira é que vozes semelhantes se ouviram

aquando da adesão da Espanha à Comunidade Europeia e que com o desenrolar dos acontecimentos se provaram infundadas. Em segundo lugar, lembrar o que disse Hans-Dietrich Genscher num discurso de despedida no Parlamento alemão: «Que nunca seja esquecido que foram os polacos quem realizou aquele grande passo que abriu caminho à unificação da Alemanha»³.

Outra opinião que precisa de ser repensada é a de que apenas a adaptação total das estruturas económicas e políticas e a adopção de todo o aquis poderá abrir a porta de entrada na União. Nenhum alargamento anterior esteve cercado de pré-requisitos tão drásticos. Existe por isso o perigo de que, sem o apoio eficaz da União, os esforços realizados até à data sejam insuficientes para o sucesso completo e resultem apenas na desilusão e desencorajamento popular. Mas será muito difícil, com uma sociedade desanimada e céptica, ultrapassar os obstáculos que se aproximam e que exigem sacrifícios e reformas drásticas.

Defronta agora um debate nacional de vasto alcance sobre os custos e benefícios da adesão à União e os objectivos que espera alcançar no difícil processo de negociação. Os polacos estão preparados de forma muito adequada para uma tal discussão. Não será certamente sobre o sentido de aderir à União – mais de 60 por cento da população é a favor – mas acerca dos princípios da adesão, os ganhos esperados e as possíveis perdas. O que tem de ser evitado é a criação de ilusões desnecessárias tanto relativas à rapidez e benefícios universais como à perda de soberania e identidade nacional.

Mesmo não sendo a data precisa da adesão a coisa mais importante, e, de qualquer forma, não pode ser prevista com qualquer precisão, existem muitas razões pelas quais ambas as partes das negociações deveriam levar largamente em conta o factor tempo no processo de abertura das estruturas ocidentais. Deve lembrar-se que as actuais circunstâncias favoráveis não duram para sempre e que terão de ser aproveitadas ao máximo enquanto durarem.

A adesão da Polónia à União Europeia é possível no espaço de poucos anos se se conseguir que ambas as partes adoptem um espírito de compromisso sensato. Seria de lamentar ao máximo se a abertura da União ao Leste fosse transformada num refém de todos os interesses dos seus membros actuais⁴. A União iria então, por seu livre consentimento, privar-se de perspectivas de desenvolvimento e credibilidade adiando a admissão de novos membros que poderiam contribuir com uma nova força, assegurar o sentimento de segurança, alargar o mercado comum e elevar a capacidade da União de competir com outras partes do mundo.

Notas

¹ Professor Jan Mateja, um perito do Centro Adam Smith em Varsóvia, numa entrevista no diário Rzeczpospolita, 28 de Abril de 1998.

² Paul Luif, *On the Road to Brussels: The Political Dilemmas of Austria's, Finland's and Sweden's Accession to the European Union*, Vienna, Wilhelm Braumuller, 1995, pp. 293-301.

³ Tal como citado no semanário Wprost, 29 de Abril de 1998.

⁴ O exemplo mais flagrante é a declaração da Bélgica/Itália/França sobre as reformas institucionais que poderiam atrasar de forma significativa o processo de alargamento.